

Santa Catarina

Adhemar Ghisi — ARENA; Angelino Rosa — ARENA; Arnaldo Schmitt — ARENA; Artenir Werner — ARENA; Evaldo Amaral — ARENA; João Linhares — ARENA; Nelson Morro — ARENA; Pedro Collin — ARENA; Victor Fontana — ARENA.

Rio Grande do Sul

Alberto Hoffmann — ARENA; Alcebiades de Oliveira — ARENA; Alexandre Machado — ARENA; Carlos Chiarelli — ARENA; Cid Furtado — ARENA; Cláudio Strassburger — ARENA; Darcy Pozza — ARENA; Emídio Perondi — ARENA; Fernando Gonçalves — ARENA; Hugo Mardini — ARENA; Pedro Germano — ARENA; Telmo Kirst — ARENA; Túlio Barcelos — ARENA.

Roraima

Hélio Campos — ARENA; Júlio Martins — ARENA.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Viana) — Votaram "sim", 193 Srs. Deputados; votaram "não", 210 Srs. Deputados. O requerimento está rejeitado.

O Sr. Alberto Goldman (MDB — SP) — Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Viana) — Concedo a palavra a V. Ex.^a, pela ordem.

O SR. ALBERTO GOLDMAN (MDB — SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

No acompanhamento que fiz do processo de apuração, verifiquei que o voto do Deputado Joaquim Guerra, que havia sido computado como SIM, de acordo com decisão de V. Ex.^a, não foi efetivamente computado como SIM, mas computado como NAO. Está na lista do apurador que anotou os votos da ARENA.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Viana) — Atendendo a reclamação, retifico o resultado para não, 209; sim, 194.

Vai-se passar à votação do substitutivo da Comissão Mista.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Modesto Silveira, para encaminhar a votação.

S. Ex.^a dispõe, nos termos do que estatui o art. 49, caput, do Regimento Comum, de cinco minutos.

O SR. MODESTO DA SILVEIRA (MDB — RJ. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, ilustres parlamentares, representantes do povo brasileiro, parcela do povo brasileiro que se encontra presente nessas galerias.

Permitam-me dizer, que eu, além de representante também do povo, fui durante todo o tempo defensor de perseguidos políticos desde a primeira hora do dia 1.º de abril de 1964 (Palmas.)

Por essa ousadia, vi, ouvi, sofri e carrego no meu próprio corpo as marcas de uma Nação dividida que clama, hoje, por uma confraternização, por uma união de todos.

Contar os milhões de fatos que vi, que testemunhei e que eu próprio sofri, seria tomar o dia inteiro desta Casa sem contar um milésimo do que eu sei. Hoje, Srs. parlamentares, Srs. brasileiros, eu sei que os olhos da Nação e os olhos do mundo estão voltados para esta Casa. Estão voltados para esta Casa, porque é um sentimento universal da necessidade humana de restabelecer a confraternização, o entendimento e a busca pelo diálogo dos melhores caminhos que a própria humanidade deve seguir.

Assim, faço um apelo a que os nossos eminentes patriotas militares que aqui se encontram, que aqui cumprindo ordens vieram dar o seu sentimento e o seu testemunho, que entendam que a Nação não pode continuar dividida entre civis e militares. (Palmas.)

É preciso que toda a Nação volte a, como eu, como criança, a me arrepiar cada vez que eu enxergava o verde oliva e a marchar atrás e de qualquer soldado de fuzil na mão.

As coisas hoje são diversas. A Nação reclama por esse grande abraço nacional, para que, na verdade, enfrentemos os grandes problemas da nacionalidade, que nos colocam diante de problemas maiores, diante de problemas universais. Os olhos do mundo e da Nação estão voltados para esta Casa, exatamente porque confiam em nós, porque esperam de nós, para que nós saibamos cumprir aquilo que recebemos da História, da experiência, e vocês que são militares e nós que somos civis nos lembramos da experiência de Caxias, pela reconfraternização, nunca deixando um vencido de fora, nunca entendendo um vencido como um não brasileiro, tão patriota, e tão amante da sua Pátria, como ele mesmo. (Palmas.)

Se o apelo nacional é por confraternização, para que enfrentemos os enormes problemas que vão de Norte a Sul, e que con-

verteram e estão convertendo este País num imenso Nordeste e num Nordeste que nordestizou muito mais nos últimos anos.

Hoje, graças a uma luta entendida por toda a Nação, para que o Governo entendesse a necessidade dessa confraternização e aceitasse uma anistia, para que então todos nós pudéssemos dar-nos as mãos e enfrentar a problemática que vai desde a tentativa dessa internacionalização e da alienação da Amazônia até uma fome que chega aos pampas no Rio Grande do Sul.

O Governo remete a esta Casa o projeto que atendeu apenas parte desse apelo nacional. A Oposição na sua sensibilidade de andar por aí, de Norte a Sul, e como eu que não passo um dia sem viver na casa do trabalhador, do militar, do funcionário público, dos estudantes e de todos aqueles que sofreram desde sequestro, o banimento, a tortura, a violência e a morte, eu sei — e lhes posso afirmar — há um anseio nacional pela reconfraternização de todos nós em favor da Nação.

O projeto do Governo lamentavelmente claudicou, deixando de fora alguns brasileiros como se brasileiros eles não fossem. O Substitutivo da Oposição acaba de, precariamente, ser repellido por poucos votos. Resta-nos, agora, o próprio projeto do Governo, que vem de uma Comissão Mista, que o estudou e o elaborou.

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho.) (Faz soar a campanha.)

O SR. MODESTO DA SILVEIRA (MDB — RJ) — O Projeto da Comissão Mista, concluindo, Sr. Presidente,...

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Lamentavelmente, o tempo de V. Ex.^a está extinto.

O SR. MODESTO DA SILVEIRA (MDB — RJ) — ... é um projeto que, neste Plenário, na sua conclusão, pode ser corrigido, meus eminentes companheiros, na medida em que nós entendamos a necessidade de destaques que possam aperfeiçoar aquele projeto oficial, destaques da maior importância que, espero, a nossa Liderança fará, e destaques que possam, na verdade, reconfraternizar todos os brasileiros na medida em que aceitem como por exemplo, apenas exemplificativamente, a rejeição do art. 11, do substitutivo da comissão; a aprovação da Emenda 285, do eminente Deputado Marcondes Gadelha; a aprovação da Emenda 129, do eminente Deputado Paulo Torres; as emendas do eminente Senador Franco Montoro, do eminente Deputado JG de Araújo Jorge, do eminente Deputado Marcelo Cerqueira e, modestia à parte, também de co-autoria com este orador que vos fala: da emenda ao art. 6.º, parágrafo único, da Emenda 8 do ilustre Deputado JG de Araújo Jorge; da Emenda 297, do Senador Tancredo Neves; da Emenda 72, do Deputado Lázaro de Carvalho, e tantas outras, Sr. Presidente,...

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Faço um apelo ao nobre colega, no sentido de que o seu tempo está extinto e o Regimento tem que ser cumprido.

O SR. MODESTO DA SILVEIRA (MDB — RJ) — Neste caso, solicito que a Liderança tenha todo o cuidado de enumerá-las, para que, através dessa enumeração, possa a Nação brasileira, que está com os olhos voltados para esta Casa, se reconfraternizar, marchar e buscar todos os caminhos do futuro para restabelecer a História ao seu leito normal. É o que esta Nação necessita, espera e confia de todos nós nesta Casa. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Concedo a palavra ao nobre Deputado João Linhares.

O SR. JOÃO LINHARES (ARENA — SC. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

É necessário, desde logo, afirmarmos que o Governo e o partido que lhe dá apoio escolheram, como primeiro passo na abertura política e como primeira medida à conciliação nacional, a anistia restrita. Esta foi a palavra empenhada pelo General João Baptista Figueiredo, quando percorria a Nação, visitando todos os seus recantos. (Manifestações das galerias.)

Empenhou a sua palavra de honra e começou a cumpri-la. E todos nós da Aliança Renovadora Nacional, que lhe damos apoio nesta Casa, na sua primeira medida eminentemente política — porque, aí, nenhum dos dois partidos divergem: anistia é medida política — daremos, os seus companheiros e seus liderados, pleno e integral apoio, porque sabemos que cumprirá o resto dos seus compromissos de trazer novas medidas para completar a conciliação nacional. (Muito bem!)

Assumimos, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, esta posição com dignidade e com coerência. Dizemos e fazemos; não agimos como grande parte da Oposição, que, no atropelo de se antecipar às palavras do candidato à Presidência da República, General João Baptista de Oliveira Figueiredo, apresentou à Nação uma emenda substitutiva para pregar anistia ampla, geral e irrestrita, mas mais limitada do que todas as que existem, porque elimi-

nava todos aqueles que tivessem cometido crimes anteriores a 1964 — o dia 31 de março, especialmente — eliminando e proibindo que a anistia abrangesse os líderes políticos que no passado divergiram, publicamente, da linha do Governo.

Mas, meus amigos, meus companheiros, Srs. Congressistas, a emenda substitutiva deste ano, com a assinatura dos mais importantes líderes da Oposição, era ainda mais restrita e mais injusta, porque condicionava — e disto não se aperceberam — que os crimes políticos, para serem considerados como tais, dependeriam de definição pela lei, pelos atos institucionais e pelos atos complementares. E quem buscar a legislação não encontrará, em toda ela, nenhuma definição do que seja crime político. Portanto, alijava a todas essas pessoas que, hoje, ela quer anistiar, como se fosse a única razão do projeto de anistia.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, a Oposição não pode falar em nome da Nação, não pode exigir deste Congresso um comportamento que seja de acordo com as suas contradições... (Gritos nas galerias e no plenário. O Sr. Presidente faz soar a campainha.) ... Porque no próprio substitutivo constituído pela Emenda n.º 7, apresentado perante a Comissão Mista, também ali está escrito "anistia restrita". Ela, também, não é restrita, desde o momento em que, no seu art. 2.º, parágrafo 1.º, e no seu art. 7.º, excepciona, exatamente, contrariando não a pregação da Aliança Renovadora Nacional, mas a pregação de muitos de seus companheiros.

Vou ler, aqui, palavras textuais do eminente Deputado Tarcisio Delgado, integrante da Comissão Mista, que lá afirmava:

"Ao contrário de rememorar momentos tão dolorosos, se quisermos recordar as consequências funestas de um assalto expropriatório ou os horrores monstruosos das torturas, melhor seria de que não nos ocupássemos dessa matéria, melhor seria de que não falássemos da anistia."

Esta é a voz também da Oposição, mas ela, no seu substitutivo, não atendeu a essa pregação.

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, melhorado com a aprovação de mais de 60 emendas, pela dignidade, pelo valor, pelo passado e convicções democráticas do eminente colega nosso, Deputado Ernani Atyro (Palmas! Apupos! A galeria se manifesta) é necessário que registremos, neste momento histórico da Nação brasileira, que o projeto não consultou por inteiro a todas as nossas aspirações, a todos os nossos desejos. Muitos de nós queríamos que ele fosse melhorado, queríamos que ele fosse ampliado, mas preferimos ter, no início da abertura, alguma coisa por onde começar; e não é só a voz do partido do Governo; figuras respeitáveis do Movimento Democrático Brasileiro têm essa mesma posição.

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, vamos votar e aprovar este projeto, porque sabemos que o Presidente Figueiredo, que soube honrar os seus compromissos em praça pública, iniciou a abertura política — é bom que todos atentemos, estamos iniciando a abertura política, não estamos no seu final — e devemos aproveitá-la em benefício da Pátria e de todos os brasileiros, não prejudicá-la por causa de uma minoria. (Palmas.) Outras medidas haverá de vir, outras medidas virão e estaremos aqui para lhe dar o nosso apoio.

Sr. Presidente, como membro da Comissão Mista do Congresso Nacional, que apreciou a anistia, não posso deixar passar esta oportunidade sem fazer um registro. Até o momento da leitura do relatório do Deputado Ernani Atyro, pela primeira vez na História, a liderança do meu Partido não foi procurada, uma vez sequer, para debater, para negociar, para obter a melhoria deste projeto. Preocupou-se a Oposição em ocupar os espaços dos jornais, esquecendo-se do verdadeiro projeto, que tinha que receber a sua colaboração.

Votaremos, Sr. Presidente, pela aprovação, de cabeça erguida, pensando na Pátria e no amanhã, do substitutivo do Deputado Ernani Atyro.

Tenho dito. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Concedo a palavra ao nobre Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (MDB — RS. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Aqui está este Congresso lotado, como nós da Oposição gostaríamos que estivesse permanentemente, acompanhando todos os atos desta Casa, como acontecerá quando este Congresso voltar a ter os direitos de decidir e não apenas de homologar. (Muito bem! Palmas. Manifestações das galerias.)

Este Congresso voltará a ter o povo nas galerias para exercer o legítimo direito de pressão, para que nós possamos votar repre-

sentando a vontade do povo brasileiro. (Muito bem! Palmas. Manifestações das galerias.)

Aqui estão brasileiros que há meses — do Amazonas ao Rio Grande do Sul — vêm ao Congresso Nacional debater e analisar as suas emendas, aqui estão brasileiros lutando por uma anistia ampla, geral e irrestrita. Aqui, também estão, liberados pelos seus chefes, funcionários públicos que nós recebemos de braços abertos, esperando que os seus chefes os liberem, para, no futuro, voltarem mais vezes, para ouvir o Congresso Nacional.

Estamos realizando uma sessão com quinze anos de atraso. Quinze anos depois, iniciamos a anistia, a anistia que está sendo votada pela vontade da Nação e não pela vontade do Presidente. (Palmas.) Este Presidente que sentiu na própria carne e na própria família o que significa a anistia e que teve a felicidade de, ao mesmo tempo em que chorou as lágrimas do seu pai, atingido pelas cassações e pela violência, também o viu chegar a general, fruto da anistia que ele não quer dar, hoje, aos seus colegas de farda, de ontem. (Muito bem! Palmas.) Este Presidente anuncia a anistia para o Dia do Soldado, o Dia de Caxias, mas não quer imitar o seu Patrono, o Duque de Caxias. Se ele imitasse Caxias, a anistia que estaríamos votando não seria esta, seria a anistia que Caxias deu aos revoltosos Farroupilhas do meu Rio Grande do Sul. (Palmas.) Seria a anistia dada imediatamente após a vitória, seria a anistia em que aqueles que lutaram e mataram, que se declararam independentes no Estado, da República de Piratini, receberam a oportunidade de ocuparem no Exército do Império os mesmos cargos que ocupavam no Império Piratini. Era o Brasil, onde Caxias, quando lhe chamavam para fazer um *Te Deum* em homenagem aos que ganharam, ele respondia: Vão lá, façam uma missa em homenagem aos que morreram e irei assisti-la, porque isto é o justo.

O projeto que estamos votando é um projeto que debocha, debocha da Nação, porque dá anistia aos trabalhadores que foram despedidos dos seus empregos, é ridículo, porque não dá garantia da recuperação dos seus empregos; dá anistia aos estudantes, mas não diz porque nem para que; exige que os intelectuais, juristas, cientistas que no mundo inteiro se impuseram à admiração e ao respeito, tenham que fazer um requerimento para que possam voltar e, para voltar, depende da vontade do funcionário, da existência de vaga. É uma anistia que, ao invés de conciliar, reabre velhas chagas que estavam adormecidas, porque esses milhares de funcionários civis e militares, esses milhares de trabalhadores, esses milhares de estudantes estavam esperando a anistia, mas estavam esperando anistia como ato de paz e o Governo reabre as chagas, porque a cada trabalhador, a cada intelectual, a cada estudante, a cada cientista que o Governo disser não,...

O SR. PRESIDENTE (Luiz Viana. Fazendo soar a campainha.)

O SR. PEDRO SIMON (MDB — RS) — Termino, Sr. Presidente. ... que o Governo recusar, o Governo estará recusando pela segunda vez, o Governo estará expurgando pela segunda vez, o Governo estará dizendo não pela segunda vez.

A Bancada do MDB, Sr. Presidente, atendendo aos reclamos da Nação, apresentou centenas de emendas, tentando aperfeiçoar este projeto, apresentou substitutivo, ouviu a vontade da Nação brasileira. Mas o que se tem que esclarecer aqui, é que, em cima desse projeto, em cima da chamada abertura, o que o Governo quer é manter a Nação presa sob o arbitrio e sob a pressão, e lançar o seu novo esquema... (Manifestações das galerias) ... de arbitrio e de prepotência, para que não possamos, realmente, libertar-nos e buscar a nossa liberdade política e democrática.

Sr. Presidente, essa é apenas uma etapa, porque posso dizer a V. Ex.^a que o MDB, ainda hoje, haverá de continuar a campanha pela anistia ampla, geral e irrestrita. (Manifestações das galerias.) Ainda hoje, Sr. Presidente, derrotado o substitutivo do MDB, a palavra de ordem é continuar, e ainda hoje, à noite, pelo Brasil inteiro, falarmos em anistia ampla, geral e irrestrita.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!) (Palmas prolongadas.) (Manifestações das galerias.)

O SR. PRESIDENTE (Luiz Viana) — Concedo a palavra ao nobre Senador Aloysio Chaves.

O SR. ALOYSIO CHAVES (ARENA — PA. Para encaminhar a votação. Lê o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Muito se há escrito neste País, como no estrangeiro, a respeito do instituto da Anistia. Muito se há dito sobre essa apaixonante matéria — da tribuna da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

Não iremos agora, no curto espaço de tempo para encaminhamento da votação, em nome da Maioria, fazer um escorço, ainda que breve e incompleto, de natureza histórica ou jurídica, sobre a anistia.